

[illegible][illegible]

Noções Gerais de Direitos Autorais

Módulo 2 Obras Intelectuais

Brasília 2015

[illegible]

Enap

Enap

X - os projetos, esboços e obras plásticas concernentes à geografia, engenharia, topografia, arquitetura, paisagismo, cenografia e ciência;

XI - as adaptações, traduções e outras transformações de obras originais, apresentadas como criação intelectual nova;

XII - os programas de computador;

XIII - as coletâneas ou compilações, antologias, enciclopédias, dicionários, bases de dados e outras obras, que, por sua seleção, organização ou disposição de seu conteúdo, constituam uma criação intelectual.

§ 1º Os programas de computador são objeto de legislação específica, observadas as disposições desta Lei que lhes sejam aplicáveis.

§ 2º A proteção concedida no inciso XIII não abarca os dados ou materiais em si mesmos e se entende sem prejuízo de quaisquer direitos autorais que subsistam a respeito dos dados ou materiais contidos nas obras.

§ 3º No domínio das ciências, a proteção recairá sobre a forma literária ou artística, não abrangendo o seu conteúdo científico ou técnico, sem prejuízo dos direitos que protegem os demais campos da propriedade imaterial. (grifos nossos)

Deste rol exemplificativo das obras intelectuais, podemos destacar alguns pontos que podem ser úteis para o processo de desenvolvimento de materiais didáticos de ensino a distância ou mesmo presencial. É natural e conveniente que em qualquer processo de ensino sejam utilizadas obras intelectuais protegidas como facilitadores do aprendizado.

Entretanto, há regras que precisam ser observadas. O art. 29 da LDA apresenta as circunstâncias de utilização que demandam prévia autorização do detentor dos direitos autorais, as quais se estudarão mais adiante. Por ora, chamamos apenas a atenção para o fato de que as obras audiovisuais sonorizadas ou não (inciso VI), as composições musicais (inciso V), as obras fotográficas (inciso VII) e as traduções e adaptações (inciso XI), são todas protegidas pelos direitos autorais, de modo que sua utilização em sala de aula, virtual ou presencialmente, deve estar amparada em prévias autorizações dos detentores dos referidos direitos.

Por outro lado, o artigo 8º da LDA esclarece, de forma taxativa, quais os objetos que não estão protegidos pelos direitos autorais, na forma da lei:



Art. 8º Não são objeto de proteção como direitos autorais de que trata esta Lei:

I - as ideias, procedimentos normativos, sistemas, métodos, projetos ou conceitos matemáticos como tais;

II - os esquemas, planos ou regras para realizar atos mentais, jogos ou negócios;

III - os formulários em branco para serem preenchidos por qualquer tipo de informação, científica ou não, e suas instruções;

IV - os textos de tratados ou convenções, leis, decretos, regulamentos, decisões judiciais e demais atos oficiais;

V - as informações de uso comum tais como calendários, agendas, cadastros ou legendas;

VI - os nomes e títulos isolados;

VII - o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras.

[illegible]

Dentre os itens descritos acima, destacamos o inciso I, em que se anuncia a não proteção das ideias como direito autoral. Como vimos, os direitos autorais abrangem apenas as *expressões* das criações do espírito, mas não as ideias são consideradas de uso comum e não podem ser protegidas por si só.

Nesse sentido, valer-se de ideias semelhantes como inspiração para a criação de obra intelectual não pode ser considerado plágio. A originalidade da obra intelectual não se confunde com o ineditismo da ideia, mas sim com os aspectos objetivos e subjetivos presentes na estrutura e desenvolvimento da ideia *expressos* na obra. Somente a partir da análise destes é que poderemos dizer se estamos diante de caso de plágio ou não¹.

A esse respeito, Paranaguá e Branco (2009: 32-33) nos relatam interessante história que retrata *ideia* como objeto não protegido pelos direitos autorais:

Em 1981, o médico e escritor Moacyr Scliar — eleito em 2003 para a Academia Brasileira de Letras — escreveu um breve romance intitulado *Max e os felinos*. Nele, um menino alemão chamado Max se via, após um naufrágio transatlântico (vindo da Europa para o Brasil), dividindo um bote salva-vidas com um jaguar.

Cerca de 20 anos depois, o escritor Yann Martel foi agraciado com a mais elevada distinção literária da Inglaterra pelo livro *Life of Pi* — publicado no Brasil pela Editora Rocco com o título de *A vida de Pi* —, no qual um menino indiano chamado Pi se via, após um naufrágio transatlântico (indo da Índia para o Canadá), dividindo um bote salva-vidas com um tigre de bengala.

Na época da premiação do livro de Martel com o *Man Booker Prize*, a imprensa especulou a respeito da possibilidade de Scliar processar Martel por plágio. O escritor gaúcho sempre disse que não tinha essa intenção, e efetivamente não moveu qualquer processo. Afinal, Martel havia se apropriado de uma imagem, de uma ideia de Scliar. E ideias não são protegidas por direito autoral.

A propósito, proteção jurídica da ideia se constitui em diferença importante entre o direito autoral e o direito da propriedade industrial, sendo que neste a proteção recai sobre o aproveitamento industrial ou comercial das ideias contidas nas obras (inciso VII), seja por meio de um pedido de registro de marca ou de patente.

Não podemos nos esquecer de que a obra em que se descreve uma invenção é protegida por direito autoral, recaindo este sobre sua forma literária ou artística, nos termos do art. 7º, § 3º, da LDA. Porém, a proteção da invenção, em seus aspectos científicos e técnicos, dependerá do atendimento aos requisitos expostos na Lei nº 9.279/96, ou seja, a Lei de Propriedade Industrial - LPI.

1. Veremos mais a esse respeito acerca das limitações dos direitos autorais.

Entretanto, a depender das particularidades das obras intelectuais, a identificação da autoria, bem como o exercício dos direitos de autor, pode sofrer algumas modificações. Vejamos alguns exemplos a seguir.

Obras Simples

A autoria, por sua vez, não precisa ser indicada por meio do nome civil verdadeiro do autor da obra intelectual, sendo inúmeros os autores conhecidos por seus pseudônimos, iniciais, nomes artísticos ou mesmo sinais convencionais, como o cantor antigamente conhecido como Prince e que entre 1993 e 2000 apresentou-se por um símbolo impronunciável.

Obras de Domínio Público

Na forma do art. 14 da LDA, é considerado titular de direitos de autor quem adapta, traduz, arranja ou orchestra obra caída no domínio público, ou seja, obra sobre a qual não existe mais restrição quanto à sua utilização comercial. Esse prazo é de setenta anos, contados de 1º de janeiro do ano subsequente ao do falecimento do autor (art. 41 da LDA). Nestes casos, não poderá o autor opor-se a outra adaptação, arranjo, orquestração ou tradução, salvo se for cópia da sua.

Como exemplo, podemos dizer que existem várias traduções das obras clássicas gregas e romanas para o português. Cada tradução desta transforma-se em obra intelectual nova, nos termos do art. 7º, inciso XI, da LDA. Entretanto, não se pode impedir que sejam realizadas outras traduções, as quais também serão consideradas obras distintas, e assim protegidas.

Obras Coletivas

A obra coletiva é aquela “criada por iniciativa, organização e responsabilidade de uma pessoa física ou jurídica, que a publica sob seu nome ou marca e que é constituída pela participação de diferentes autores, cujas contribuições se fundem numa criação autônoma” (art. 6º, inciso VIII, alínea “h”, da LDA). Como principal exemplo, podemos citar as enciclopédias, que se valem de diversos autores especializados nos mais diversos ramos do conhecimento, para a criação de obra autônoma sob sua marca.

Mesmo nestes casos é assegurada a proteção às participações individuais, na figura do exercício dos direitos morais de autor. Por ora, cabe dizer que os participantes individuais poderão proibir que se indique ou anuncie seu nome em obra coletiva, sem prejuízo do direito de haver a remuneração contratada (art. 17, § 1º, da LDA). Caberá ao organizador, no entanto, a titularidade dos direitos comerciais sobre o conjunto da obra coletiva, de modo que não se faz necessário colher a autorização de todos os participantes para a utilização desta obra. Bastará apenas a do organizador.

4. Registro de Obras Intelectuais

Após analisarmos as obras intelectuais protegidas e a questão da autoria, você pode se perguntar: a proteção dos direitos autorais depende de registro das obras intelectuais? O art. 18 da LDA é bastante claro quanto à desnecessidade de registro para a proteção aos direitos presentes nesta lei. Cabe ao próprio autor decidir-se pelo registro ou não de sua obra. Decidindo-se pelo registro, deverá fazê-lo em órgão público definido no art. 17 da Lei nº 5.988, de 14 de dezembro de 1973⁴:



Art. 17. Para segurança de seus direitos, o autor da obra intelectual poderá registrá-la, conforme sua natureza, na Biblioteca Nacional, na Escola de Música, na Escola de Belas-Artes da Universidade Federal do Rio de Janeiro, no Instituto Nacional do Cinema, ou no Conselho Federal de Engenharia, Arquitetura e Agronomia.

§1º Se a obra for de natureza que comporte registro em mais de um desses órgãos, deverá ser registrada naquele com que tiver maior afinidade.

§2º O Poder Executivo, mediante Decreto, poderá, a qualquer tempo, reorganizar os serviços de registro, conferindo a outros órgãos as atribuições a que se refere este artigo.

O serviço de registro poderá ser cobrado. O valor e o processo de recolhimento serão estabelecidos por ato do titular do órgão da Administração Pública Federal a que estiver vinculado o registro das obras intelectuais (art. 20 da LDA). Porém, você deve se perguntar agora: Se o registro é facultativo e pago, por que registrar?

Embora não constitua nenhum direito, pois vimos que a proteção jurídica nasce com a criação da obra intelectual, o registro pode se constituir em importante meio de prova de anterioridade da obra, em caso de alguma disputa judicial ou não, pois confere publicidade à sua criação e proteção. No entanto, caso se comprove que a obra fora criada antes por outra pessoa que não a registrou, de nada valerá o registro.

4. Como já vimos, a Lei nº 5.988, de 1973, foi quase na sua integralidade revogada pela LDA, subsistindo vigentes apenas o art. 17, §§ 1º e 2º. Esclarece-se, por oportuno, que a responsabilidade pelo registro das obras cinematográficas recai hoje sobre a ANCINE (Agência Nacional de Cinema).

Enap

Enap

[illegible]